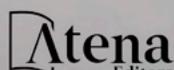


Serviço social

na contemporaneidade:

Fundamentos e
atuação profissional

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2022



Serviço social

na contemporaneidade:

Fundamentos e
atuação profissional

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2022



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^o Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^o Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^o Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^o Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Serviço social na contemporaneidade: fundamentos e atuação profissional

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S491 Serviço social na contemporaneidade: fundamentos e atuação profissional / Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0250-3

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.503223005>

1. Serviço Social. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa (Organizadora). II. Título.

CDD 360

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A coletânea *Serviço social na contemporaneidade: Fundamentos e atuação profissional* é composta por 08 (oito) capítulos produtos de pesquisa, ensaio teórico, relato de experiências, dentre outros.

O primeiro capítulo, analisa a ampliação das desigualdades de gênero na vida das mulheres no contexto pandêmico e suas implicações para a atuação do Assistente Social.

Já o segundo capítulo, discute a dimensão investigativa e a produção do conhecimento no âmbito do Serviço Social enquanto estratégia de qualificação e debate das demandas socialmente postas à atuação profissional.

O terceiro capítulo, por sua vez, discute a atuação do Assistente Social na política de saúde pública, as condições objetivas de atuação e as demandas postas no contexto pandêmico.

O quarto capítulo apresenta os resultados da pesquisa acerca dos conflitos socioambientais diante na sociedade do capital em tempos de pandemia de Covid-19.

Já o quinto capítulo, apresenta os resultados da pesquisa acerca da *potencialidade do Programa Bolsa Família em provocar mudanças nas condições de vida dos seus usuários*, no período de 2007/2014.

O sexto capítulo, por sua vez, apresenta os resultados da pesquisa acerca do acesso ao Programa Prestação Continuada via judicialização.

O sétimo capítulo traz reflexões sobre a contribuição do Serviço Social no âmbito do judiciário, os limites e as possibilidades de atuação.

E finalmente o oitavo capítulo discute a mulher na atual conjuntura, inserida nas complexas configurações do mercado de trabalho e funções diversificadas na vida cotidiana.

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

MULHERES E PANDEMIA: O AUMENTO DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO

Cintia Maria da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5032230051>

CAPÍTULO 2..... 11

PRODUZIR X REPRODUZIR: PENSANDO A PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

Jodeylson Islony de Lima Sobrinho

Carla Montefusco de Oliveira

Elisa Cristiane de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5032230052>

CAPÍTULO 3..... 23

SERVIÇO SOCIAL E A PANDEMIA: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA ATUAÇÃO EM UNIDADE PROVISÓRIA DE ISOLAMENTO

Mayla Stella do Nascimento Ferreira

Kellyane de Santana Ricardo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5032230053>

CAPÍTULO 4..... 35

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E VULNERABILIDADE SOCIAL NO LIXÃO CÉU AZUL NO MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE – PE

Isabella do Nascimento Silva

Eduardo Gaspar Chaves Cavalcanti da Silva

Rosiglay Cavalcante de Vasconcelos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5032230054>

CAPÍTULO 5..... 46

UMA ANÁLISE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SEUS REBATIMENTOS NAS CONDIÇÕES DE VIDA DOS SEUS USUÁRIOS

Cryslaine Pinheiro da Silva

Ana Cristina Brito Arcoverde

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5032230055>

CAPÍTULO 6..... 56

BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA: EM BUSCA DE UMA EFETIVA PROTEÇÃO SOCIAL

Ana Paula Mafia Policarpo

Maria Gilzônia Mota Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5032230056>

CAPÍTULO 7..... 67

O IMPORTANTE TRABALHO DESENVOLVIDO PELO ASSISTENTE SOCIAL NO ÂMBITO

DO PODER JUDICIÁRIO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A COMUNIDADE

Adelcio Machado dos Santos

Silvania da Silva Machado dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5032230057>

CAPÍTULO 8..... 81

A MULHER E/ NO TRABALHO: PODER E EMANCIPAÇÃO (UMA ANÁLISE NA PERSPECTIVA FIGURACIONAL)

Vanessa Pereira Araújo

Gláucio Campos Gomes de Matos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5032230058>

SOBRE A ORGANIZADORA..... 93

ÍNDICE REMISSIVO..... 94

CAPÍTULO 8

A MULHER E/ NO TRABALHO: PODER E EMANCIPAÇÃO (UMA ANÁLISE NA PERSPECTIVA FIGURACIONAL)

Data de aceite: 02/05/2022

Vanessa Pereira Araújo

Mestranda do Programa de Pós-Graduação
Sociedade e Cultura na Amazônia/PPGSCA/
UFAM

Gláucio Campos Gomes de Matos

Professor e orientador do Programa de Pós-
Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia/
PPGSCA/ IFCHS/ UFAM

RESUMO: A mulher por muito tempo esteve sobre o domínio do poder patriarcal. Com o advento da revolução industrial e I e II Guerras Mundial, se insere no mercado de trabalho, desencadeando um processo de emancipação de suas atividades especificamente domésticas para disputar uma posição nas funções que antes eram exclusivamente masculinas. Destaca-se a mulher nessa perspectiva macro até chegar ao Amazonas, onde ela desenvolvia atividades no ambiente rural e com a implantação do Polo Industrial de Manaus, é atraída com a promessa de prosperidade, mudança radical na qualidade de vida, então ela migra para a capital do Estado, assumindo posições laborais nas indústrias. O objetivo é destacar a mulher no mercado de trabalho e sua busca pelo equilíbrio do poder. O trabalho é de ênfase qualitativo, de revisão bibliográfica e o aporte teórico de Norbert Elias. Ressalta-se que embora existam leis trabalhistas que amparam as mulheres, elas ainda não estão totalmente emancipadas, pois as leis existem, mas na prática, por vezes, não são cumpridas.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher. Figuração. Poder. Trabalho.

THE WOMEN AND/ AT WORKING: POWER AND EMANCIPATION (AN ANALYSIS OF THE FIGURATIONAL PERSPECTIVE)

ABSTRACT: The women have long been in the grip of patriarchal power. With the advent of the industrial revolution and World War I and II, it entered the labor market, triggering a process of emancipation from its specifically domestic activities to compete for a position in functions that were previously exclusively male. The woman stands out in this macro perspective until she reaches Amazonas, where she developed activities in the rural environment and with the implantation of the Manaus Industrial Pole, she is attracted with the promise of prosperity, a radical change in the quality of life, so she migrates to the capital of the State, assuming work positions in the industries. The goal is to highlight women in the job market and their search for a balance of power. The work has a qualitative emphasis, a bibliographic review and the theoretical contribution of Norbert Elias. It is noteworthy that although there are labor laws that support women, they are not yet fully emancipated, because the laws exist, but in practice, sometimes they are not enforced.

KEYWORDS: Women. Figuration. Power. Work.

1 | INTRODUÇÃO

A partir do século XXI deparamos com uma mulher emancipada ou na busca de sua

emancipação e independência, responsável pelo seu próprio destino, porém ainda é um ideal a ser conquistado e os avanços de hoje, mostram que nem sempre foi assim. A história nos permite entender como a mulher chegou ou busca essa emancipação como alguém que contribui ativamente para renda familiar.

Para Hobsbawm:

As condições da vida mudam e mesmo o padrão da existência feminina não permanece igual, através das gerações, conquanto dificilmente se possa esperar transformações extraordinárias no decorrer de um período de cinquenta anos, exceto as resultantes de catástrofes climáticas ou políticas, ou do impacto do mundo industrial. (HOBSBAWM, 2012, p. 175).

As mulheres deixaram de ser apenas meras donas-de-casa e passaram a ser não somente mãe, esposa e também operária, entre outras das mais diversificadas profissões, ocupando um cenário que antes era somente pertencente ao mundo masculino (D'ALONSO, 2008).

Com o advento da Revolução Industrial a mulher passa a vender sua força de trabalho por um determinado tempo, onde ela deixa de fazer parte apenas do ambiente doméstico, para exercer papel de profissional. Com a inserção da mulher no mundo do trabalho, ela não deixou de cuidar da casa e da família, ela também assumiu o papel de profissional. Desde então, a mulher tem que administrar seu tempo de acordo com as figurações nas quais está inserida. Em casa ela exerce o papel de mãe, e no trabalho ela exerce suas funções profissionais, estando numa situação de poder equilibrado ou desequilibrado. Essa distribuição de poder é diferente, pois em casa enquanto mãe, ela exerce um poder sobre os filhos e família, mas enquanto profissional, ela pode estar numa posição de poder inferior a sua chefia ou na posição de chefe, detentora do poder. Essa dinâmica de poder imbricadas às figurações nos remete a Elias (1980, p. 81) ao enunciar que “o poder não é um amuleto que um indivíduo possua e outro não; é uma característica estrutural das relações humanas – de todas as relações humanas”, portanto o poder está inserido de maneira estrutural em todas as relações humanas.

Campos (2010, p. 44) nos revela, que “as mulheres a partir de meados do século XIX, foram cada vez mais deixando o confinamento de seus lares para empregarem-se como assalariadas nas indústrias e oficinas”, nos fazendo entender, que nesse espaço de trabalho, a mulher se encontrava sob a força do poder.

A partir do século XXI a mulher avança como profissional assumindo funções que antes eram exercidas somente por homens, inclusive cargos de lideranças, conforme observam Baylão e Schettino (2014, p. 4), “podemos acompanhar cada dia mais nas lideranças de grandes empresas e em profissões técnicas mulheres ganhando espaço”, que indicam mudanças na relação de poder.

A mulher moderna tornou-se chefe de sua própria vida, deixando de ser apenas uma parte da família. E isso se deu em função de sua participação no mercado de trabalho,

que foi conquistado através de um nível de escolaridade mais elevado, fazendo com que aumentasse seu nível de conhecimento técnico e científico.

A proposta do artigo é destacar a mulher, especificamente a amazonense, a realidade atual enquanto trabalhadora, quer esteja inserida nas complexas figurações do mercado de trabalho, quer assumindo as funções diversificadas no lar: de esposa, companheira ou mãe.

O artigo é de ênfase qualitativo, pesquisa bibliográfica e o aporte teórico de Norbert Elias, o qual nos permite entender o conceito de figuração: “os seres humanos, em virtude de sua interdependência fundamental uns dos outros, agrupam-se sempre na forma de figurações específicas” (ELIAS, 2006, p. 26).

Nesse entendimento a mulher ampliou suas redes de interdependências funcionais, exercendo o papel de mãe/doméstica/lar e na diversidade de funções que o mercado de trabalho proporciona.

No caso das amazonenses, que teve influência do desenvolvimento industrial surgido na Europa, foi se inserindo gradativamente e depois de forma mais rápida no mercado de trabalho, e hoje assumem papéis de executiva, diretoras e outras funções que a deixam numa posição de poder mais desequilibrado.

Hoje como emancipadas ou buscando cada vez mais sua emancipação, executam com excelência desde atividades domésticas à atividades que antes eram tidas como masculinas, as mulheres dão provas de serem capazes de cuidar dos seus próprios destinos, ocupando funções profissionais nas diversas figurações que se inserem.

2 I REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E A MULHER

A Revolução Industrial iniciou no século XVIII, na Inglaterra e trouxe consigo uma aceleração do crescimento através da transformação econômica e social. O trabalho manual foi substituído pelo mecanizado das indústrias, onde há uma divisão racional de trabalho que levam a produção em massa, conseqüentemente reduzindo o custo do produto. (HOBBSAWM, 2000).

Antes dessa revolução econômica, conhecida também como pré-industrial (HOBBSAWM, 2012) as famílias viviam no campo, tinham a agricultura como meio de subsistência, em conseqüência disso, era praticamente impossível separar as funções familiares do trabalho, até porque na maioria das vezes essas atividades eram executadas no mesmo ambiente.

Foi praticamente inevitável que os padrões de vida houvessem se transformado com o avanço das indústrias, e durante esse processo de Revolução Industrial podemos destacar duas fases de transformações que ocorreram no cotidiano das mulheres.

O primeiro aspecto que sofreu essa transformação foi a produção doméstica no qual Hobsbawm (2012) chamou de “proto-industrialização”, onde havia uma combinação

de produção doméstica aliada a uma produção externa, oferecendo às mulheres da zona rural um ganho de renda independente do seu esposo, em contrapartida elas continuavam supervisionando a casa e os filhos. (HOBSBAWM, 2012).

Em meados do século XIX, as proto-indústrias foram vitimadas por indústrias maiores, indústrias essas que utilizavam maquinário em seus processos produtivos e dessa forma produziam em grande escala, Hobsbawm destaca:

Essas indústrias, conhecidas como de “exploração máxima”, chegaram a expandir-se sob certas circunstâncias, com o auxílio da nova mecanização em pequena escala (especialmente a máquina de costura) e de uma força de trabalho notoriamente mal paga e explorada. HOBSBAWM (2012, p. 176).

No percurso histórico, se observa, à medida que o trabalho artesanal vai sendo substituído pelo mecanizado, a estrutura de produção doméstica torna-se precarizada, ficando inviável continuar sendo um empreendimento familiar. Dessa forma surge um segundo efeito da industrialização em relação à posição feminina, no qual revolução econômica trouxe consigo mudanças nos padrões das trabalhadoras, a mulher sai do ambiente doméstico e faz uma separação da casa e local de trabalho. Uma vez, que a mulher separa casa e trabalho, ela precisa se adequar a uma nova rotina, saindo para trabalhar no início do dia e retornando para seu lar no final do dia, com isso surge uma nova economia, onde a mulher passa a participar ativamente para a renda familiar.

Essa separação, trouxe um padrão de divisão sexual-econômica, onde a mulher passou a assumir um papel de trabalhadora fora do ambiente doméstico, mas tinha que gerenciar os afazeres domésticos e conciliá-los juntamente com seu trabalho (HOBSBAWM, 2012), exercendo a figuração de dona-de-casa dentro do seu lar e trabalhadora no seu ambiente de trabalho.

Hobsbawm (2012, p. 179) destaca, que com a inserção da mão de obra feminina nas fábricas, “tornou-se óbvia a mudança na posição e nas expectativas sociais das mulheres durante as últimas décadas do século XIX”, pois mudou significativamente a história no mundo contemporâneo, e o “trabalho, fora de casa, constituiu um importante mediador” (TEIXEIRA, 2009, p. 237) permitindo que a mulher exercesse atividades fora do ambiente doméstico e ocupando atividades que lhes são cabíveis e até mesmo conquistando ocupações que antes eram tidas exclusivamente como masculinas.

3 I POLO INDUSTRIAL DE MANAUS E O ÊXODO PARA TRABALHAR NAS FÁBRICAS

O Polo Industrial de Manaus possui um modelo de desenvolvimento baseado na atração de investimentos externos via concessão de incentivos fiscais¹ através da Zona

¹ Entre os incentivos fiscais concedidos, se destacam: a redução de até 88% do Imposto de Importação (II) sobre os insumos destinados à industrialização; isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); redução de 75% do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, inclusive adicionais de empreendimentos classificados como prioritários para o desenvolvimento regional; e isenção da contribuição para o PIS/ PASEP e da COFINS nas operações internas na Zona

Franca de Manaus e esses incentivos acabam compensando o fator logístico. Além dos incentivos fiscais, Manaus possui uma reserva de mão de obra barata e qualificada que atende à demanda das indústrias (BRITO, 2019).

Com a decadência do período da borracha, a economia no Amazonas ficou estagnada, em consequência desse fato (SERÁFICO, 2005) o deputado Francisco Pereira da Silva viu a necessidade de encontrar novas soluções para a economia local e foi nesse momento que ele criou o Projeto de Lei nº 1.310, de 23 de outubro de 1951, no qual foi proposto a criação de um *porto franco* em Manaus. Através desse projeto o deputado Maurício Joppert converteu-o na Lei nº 3.173, de junho de 1957, transformando o *porto franco* em Zona Franca de Manaus, sendo que a Zona Franca só entra efetivamente em vigor, em 28 de fevereiro de 1967 através do Decreto-Lei nº 288, ou seja, 10 anos depois da criação do *franco*.

Conforme destaca Seráfico (2005), a criação da Zona Franca de Manaus foi justificada pela ditadura militar de que havia necessidade de ocupar uma região despovoada, mas para isso era necessário criar meios de vida e infraestrutura que atraíssem capital nacional e estrangeiro, além da mão de obra. O objetivo do projeto Zona Franca de Manaus era criar uma rentabilidade econômica que proporcionasse a integração da região Norte ao resto do Brasil, pois, a Amazônia era reconhecida internacionalmente por seu subdesenvolvimento em relação ao Sul e Sudeste do país.

Na década de 70, com a chegada e instalação de grandes empresas, como a Semp Toshiba, Moto Honda, Philips, Sharp, Yamaha e Evadin (BRITO, 2019), os manauaras deixaram a produção extrativista e passaram para um novo tipo de produção agora no trabalho fabril, ou seja, eles são inseridos em novo modelo de trabalho. Quem vinha da zona rural, tinha que adaptar-se a um rígido controle de tempo em prol de uma escala de produção e o trabalho ao ar livre por um trabalho em um ambiente fechado e cheio de regras (BRITO, 2017).

Diante disso, o “tempo” do manauara e do amazônida mudou, pois no lugar da produção extrativista, surgiu um novo modo de produção, que se dava no ambiente fabril, onde cada minuto de trabalho é computado, para que ele produza cada vez mais. A coação do tempo do relógio passa a fazer parte rotina diária desses trabalhadores, é o que se confirma nas palavras de Elias (1998):

Nessas sociedades, o tempo exerce de fora para dentro sob a forma de relógios, calendários e outras tabelas de horários uma coação que se presta eminentemente para suscitar o desenvolvimento de uma autodisciplina nos indivíduos. Ela exerce uma pressão relativamente discreta, comedida, uniforme e desprovida de violência, mas que nem por isso se faz menos onipresente, e à qual é impossível escapar. (ELIAS, 1998, p. 22).

No início da implantação do Distrito Industrial a mão de obra passou a ser um

dos grandes problemas enfrentados pelos empresários, porque faltava qualificação para os cargos técnicos e de liderança, em consequência disso, tinha-se que contratar mão de obra do sul do país, e para atrair essa mão de obra era necessário oferecer salários mais elevados, benefícios que fossem atraentes para essa mão de obra qualificada. Consequentemente durante esse período de instalação das fábricas entre as décadas de 70 e 80 o Polo Industrial de Manaus não requeria qualificação da mão de obra local, logo, os cargos de técnico, supervisão e gerência, eram exercidos por pessoas de outros estados (BRITO, 2019).

Todavia, aos trabalhadores locais restavam apenas funções de “chão de fábrica”², como montador, calibrador, testador, etc., pois, são funções que não necessitam de conhecimento técnico, qualificação e muito menos experiência anterior.

Brito (2019) destaca, que desde o início do Polo Industrial de Manaus até os dias atuais, maior parte das contratações para o “chão de fábrica” é a mão de obra feminina, uma vez que para a indústria é vantajoso contratar mulheres solteiras, porque além de elas receberem salários inferiores aos dos homens, a mulher se encaixa mais na linha de montagem, devido ao fato de ser mais minuciosa, tem mais responsabilidades, geralmente não bebe, é mais temerosa às leis, à greves. Durante as décadas de 70 e 80 era comum as indústrias divulgarem vagas como pré-requisitos de serem solteiras, entre 17 e 25 anos, ou seja, sem filhos, porque os empresários não queriam mulheres com filhos.

Para Lima (2009) o espaço fabril amazônico, sobretudo, as indústrias de eletroeletrônicos, é composto em sua maioria por mulheres e Silva (2017) complementa que no setor de montagem de produtos, os trabalhos são manuais, monótonos, sem criatividade e mecanizados.

A justificativa é de que além de ser uma mão de obra mais barata, a mulher por ser mais delicada é indicada para trabalhos manuais como os das linhas de montagem, Silva (2017) informa que os gerentes industriais reconhecem que a mulher tem um desempenho superior ao do homem na indústria de eletroeletrônica, mas por exercerem funções que não exigem conhecimentos técnicos, sem criatividade e mecanizados recebem um salário inferior aos dos homens e enfrentam dificuldades de ascensão a cargos de maior hierarquia.

4 | A MULHER NO TRABALHO

As transformações sociais e políticas que a revolução econômica trouxe não ficaram restritas somente ao campo político e social, (TAVARES e BARBOSA, 2015) elas provocaram uma ruptura no modelo familiar, afetando o padrão de comportamento de homens e mulheres, rompendo a divisão conservadora dos papéis dos cônjuges quanto às mais diversas atividades domésticas e profissionais. Para Hobsbawm (2000) essa revolução destruiu os antigos estilos de vida, transformando as rotinas familiares a ponto

² Local onde fica o processo produtivo.

de torná-las irreconhecíveis, no qual as relações de poder se modificam.

Tais transformações que afetam o mundo, atinge também a mulher amazonense, que antes da industrialização executava um trabalho extrativista, ela estava inserida em um (NINA, 2014) universo de afazeres, no qual dividia o espaço rural amazônico, com as figurações de educadora, mãe, companheira e trabalhadora. Lembrando que este fato não ocorre somente no interior da Amazônia, ele pode ser observado em diferentes partes do mundo.

Segundo Rodrigues (2009, p. 94) apud Nascimento (2013, p. 27) a mulher é uma grande colaboradora do espaço em que vive, sobretudo no que diz respeito à vida familiar, onde se dedica a casa e a família, mas da mesma forma ajuda nas atividades produtivas para garantir a subsistência da família, além de estabelecer um relacionamento individual e social, constrói formas de participação no âmbito familiar e comunitário.

A mulher de comunidades rurais, no seu modo de vida desencadeava e desencadeia uma série de atividades que vai da prática extrativista ao cultivo do solo. Além dessas atividades, ela desempenha, também funções de doméstica e mãe.

Após a década de 60 a Amazônia, em especial o Estado do Amazonas, passou por diversas mudanças em sua estrutura, por conta da implantação das indústrias em seu interior, a região passou a ser comandada pelo tempo rápido, principalmente as áreas mais industrializadas (SANTOS, SALGADO e PIMENTEL, 2012), tempo esse, que passa a agir de forma coercitiva na vida do homem e da mulher.

A implantação das indústrias no Amazonas foi um estímulo para as mulheres amazonenses migrarem para a sede da capital em busca de uma vida melhor inserindo-se como empregada na indústria. Muitas mulheres eram atraídas para trabalhar na parte fabril com a garantia de prosperidade e mudança radical na qualidade de vida daquelas que deixassem seu local de origem para trabalhar no distrito industrial de Manaus (SILVA, 2017). Nesse processo se observa a mulher deixar as atividades do ambiente rural, no qual o tempo cíclico em muitas vezes era o que a orientava, para exercer atividades mecanizadas rigidamente controladas pelo tempo do relógio.

Silva (2017) nos chama atenção informando que embora algumas tenham se decepcionado com o trabalho industrial, elas reconheciam que o trabalho no “chão de fábrica” foi extremamente importante para construir-se com sujeito coletivo no âmbito da cidadania.

No ambiente fabril, o controle do tempo se inicia desde o momento que a mulher sai do ambiente doméstico, pois a empresa disponibiliza transporte e esse transporte é responsável pela busca dos colaboradores em determinado horário, chegando a fábrica, a mulher tem que ir ao refeitório, tomar café da manhã, em seguida passar o crachá no relógio de ponto, e adentrar ao processo produtivo, entre o intervalo do café da manhã e o almoço, é permitido 10 minutos de descanso para que a colaboradora possa ir ao banheiro. Na ida e vinda do almoço, é necessário passar o crachá no relógio de ponto, a colaboradora

tem uma hora para almoçar, descansar e voltar para o processo produtivo, entre o intervalo da volta do almoço e o final do expediente, a colaboradora possui 10 minutos de descanso, para ir ao banheiro, chegando ao final do expediente, passa-se o crachá e segue para o transporte, que fica disponibilizado na frente da empresa, esse transporte também tem horário para sair, geralmente sai 15 minutos após o encerramento do expediente.

Essa rotina do tempo é um grande impacto no cotidiano de mulheres provenientes da zona rural do Amazonas (MATOS, 2015), que desempenhavam as atividades baseada no tempo da chuva, do verão, da enchente e vazante do rio, da frutificação de determinadas espécies, no aparecimento de espécies de caça e de peixes. Na indústria, a mulher reconhece sua condição de operária, na esteira de montagem, no “chão de fábrica”, na disciplina, na cadência da máquina e no cronômetro do relógio, fazendo com que elas adquiram novos hábitos, habilidades e comportamentos (SCHERER, 2005, p. 42, apud BRITO, 2017).

Para Probst (2005) a inserção da mulher no mercado de trabalho iniciou com as I e II Guerras Mundiais, na medida em que os homens iam para as frentes de batalha, as mulheres assumiam os negócios da família e a posição dos homens no mercado de trabalho. Após o término das guerras, alguns homens que sobreviveram estavam mutilados e impossibilitados de voltar ao trabalho e nesse momento as mulheres foram obrigadas a deixar o ambiente doméstico e os filhos para dar continuidade aos projetos e trabalhos que antes eram realizados pelos seus maridos. Tal acontecimento reverberou pelo mundo e foi mais um estímulo para as mulheres buscarem sua emancipação do poder patriarcal se inserindo gradativamente no mercado de trabalho, isto é, ampliando as redes de interdependências e buscando equilibrar a balança de poder.

Seguindo essa linha, Matos (2015) nos esclarece que o poder se mostra conforme as relações se estabelecem, ou seja, esse poder vai se mostrar no seio das figurações, dentro e fora do ambiente de trabalho, e para Elias (1980), essa relação de poder se constitui em todas as relações humanas.

A medida em que a mulher avança em relação ao poder, ela avança no diferencial social (MATOS, 2015), esse poder interfere na sua rotina em relação ao seu tempo de lazer, porque para que haja esse avanço de poder é necessário que a mulher disponha de mais tempo para sua educação, capacitação e execução das suas funções trabalhistas.

Em Manaus, houve uma elevação da capacitação da mulher que ocorreu através do acesso a uma educação mais completa, envolvendo desde cursos profissionalizantes até acesso ao ensino superior, em contrapartida houve uma ampliação de oportunidades femininas em diversas áreas, tanto no trabalho formal quanto informal. Vale ressaltar que a economia do látex contribuiu para o desenvolvimento da cidade, fazendo com que as ofertas de trabalho se ampliassem também. (CAMPOS, 2010).

Além de uma elevada capacitação, outro fator que contribuiu para a mudança na emancipação do poder patriarcal, foram as leis criadas em benefício das mulheres, desde

a sua inserção no mercado de trabalho. Franciscani (2010) relata que em 1932 foi criada a primeira lei que atendia as necessidades da mulher trabalhadora, e essa lei informava que a duração do trabalho, não poderia ultrapassar de 8 horas diárias e 44 horas semanais, facultada a compensação de horário por meio de acordo ou convenção coletiva. Essa lei foi criada para todos os trabalhadores, homens e mulheres, mas compreende-se que as mulheres foram as mais beneficiadas, porque como elas sempre foram mais exploradas em relação ao trabalho, a eficácia das leis trabalhistas possibilitou melhores condições de trabalho.

A Constituição de 1946:

proibia a diferença de salário por motivo de sexo, vedava o trabalho da mulher em indústrias insalubres e assegurava o direito da gestante ao descanso antes e depois do parto, sem prejuízo do emprego nem do salário. Adotava a assistência sanitária, inclusive hospitalar e médica, à gestante, previa a previdência em favor da maternidade. A Constituição de 1967 proibia diferença de salários e de critérios de admissão por motivo de sexo, vedava o trabalho da mulher em indústrias insalubres e assegurava o descanso remunerado à gestante, antes e depois do parto, sem prejuízo do emprego e do salário. Previa a previdência, visando à proteção à maternidade e a mulher tinha direito a aposentadoria aos 30 anos de trabalho, com salário integral (MARTINS, 2007, p. 609, apud GONÇAVES e MIRANDA, 2012, p. 2).

Através de um amparo legal e profissionalização, a amazonense mudou o (ELIAS, 1994) habitus de ficar somente como subalterna perante o poder patriarcalista. A mulher contemporânea compreendeu que pode desempenhar diferentes figurações, e ficar restrita ao ambiente doméstico, (TAVARES e BARBOSA, 2015) não é uma boa opção para ela, uma vez que o trabalho no lar é socialmente desvalorizado. Ao realizar uma atividade profissional, apesar de multiplicar suas funções nas mais diversas formas de figurações, como mãe, esposa e profissional, ela consegue ocupar um lugar de destaque no seio familiar, estabelecendo uma relação de poder mais equilibrada na sociedade.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos séculos, é possível observar que as mulheres começaram a desenvolver trabalhos mais complexos e isso representou um grande avanço no universo feminino, suas vidas passaram por diversas transformações, com as quais elas deixaram o ambiente doméstico e se inseriram no mercado profissional. A realização profissional e pessoal feminina no século XXI têm sofrido mutações diárias, cada vez mais frequentes e constantes, levando a mulher desempenhar funções nas diferentes figurações, como mãe, companheira e trabalhadora implicando de forma direta na administração de seu tempo, bem como vem contribuindo para sua emancipação e para o equilíbrio de poder, deixando de ser coadjuvante e passando a ser protagonista no ambiente doméstico, contribuindo efetivamente para o sustento da família.

No Amazonas, com a implantação do Polo Industrial, as mulheres amazonenses migraram para a sede da capital em busca de uma vida melhor inserindo-se como empregada na indústria, com a promessa de prosperidade e mudança radical na qualidade de vida. Nesse processo se observa que a mulher deixa as atividades do ambiente rural, no qual o tempo cíclico em muitas vezes era o que orientava, e passa a exercer atividades mecanizadas rigidamente controladas pelo tempo do relógio. O controle do tempo em relação ao trabalho, é para que haja uma disciplina fazendo com que todas estejam alinhadas para a fabricação dos produtos em massa.

Durante muito tempo a mulher esteve sobre o domínio patriarcal, que a deixava em uma relação de poder inferior ao homem. Atualmente a mulher contemporânea já entendeu que é preciso separar o ambiente doméstico do trabalho, até mesmo como forma de um equilíbrio de poder entre homem e mulher, valorizando sua participação constante no complemento de renda salarial familiar, que em muitos casos deixam de ser complementar para se tornarem a única renda familiar.

Na sociedade moderna é comum depararmos com as mulheres exercendo diferentes funções laborais, inclusive as que antes eram tidas como masculinas, como por exemplo, jogadora de futebol, repórter esportiva, bombeira, militar, engenheira, motorista, mecânica, política, cineasta, etc.

Para o âmbito social, esse artigo evidencia que embora existam leis que amparem a classe feminina, e apesar de as mulheres terem conquistado espaços que antes eram vistos somente como masculinos, elas não estão totalmente emancipadas, pois elas continuam em busca de igualdade entre o sexo oposto, até porque as leis existem, mas na prática, nem sempre são cumpridas.

REFERÊNCIAS

BAYLÃO, André Luis da Silva; SCHETTINO, Elisa Mara Oliveira. **A inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro**. XI simpósio de Excelência e Tecnologia, 2014.

BRITO, Cleiton Ferreira Maciel. **Made in China/ Produzido no Polo Industrial da Zona Franca de Manaus: o trabalho nas fábricas chinesas**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos – PPGS/UFSCar. São Carlos, 2017.

BRITO, Cleiton Ferreira Maciel; MACIEL, Jeanne Mariel Brito de Moura. **Fábricas selvagens: transformações do trabalho no Polo Industrial da Zona Franca de Manaus**. Novos Cadernos NAEA, v. 22, n. 1, jan-abr. 2019, p. 137-158.

CAMPOS, Luciane Maria Dantas de. **Trabalho e Emancipação: um olhar sobre as mulheres de Manaus**. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2010.

D'ALONSO, G.L. **Trabalhadoras brasileira e a relação com o trabalho: trajetórias e travessias**. Psicol. Am. Lat. México, 2008.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Editora Zahar, 1ª edição. Rio de Janeiro 1998.

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1980.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. ed. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert. **Escritos e Ensaios – 1 – Estado, processo, opinião pública**. Sindicato Nacional dos Editores de Livros. Rio de Janeiro, 2006.

FRANCISCANI, Jane Stella. **A mulher no mercado de trabalho e a luta pela valorização**. Trabalho de conclusão de curso – Instituto Municipal de Ensino superior de Assis – IMESA e Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA. Assis, São Paulo, 2010.

GONÇALVES, Laila Cristina; MIRANDA, Dinair Flor. Estudo da Evolução do Trabalho da Mulher e a sua valorização no mercado de trabalho. Revista Faculdade Montes Belos. V. 5, n. 1, Mar. 2012

HOBSBAWM, E. J. **Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo**. Editora Forense Universitária, 5ª edição. Rio de Janeiro, 2000.

HOBSBAWM, Eric J. **A era dos impérios 1875-1914**. Editora Paz e Terra S/A. São Paulo, 2012.

LIMA, Vivian Silva. **“Produzidas no Polo Industrial de Manaus”. Experiências de mulheres trabalhadoras**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura) – Universidade de Brasília, Brasília. 2009.

MATOS, Gláucio Campos Gomes de., **Ethos e figurações na Hinterlândia Amazônica**. Editora Valer/Fapeam. Amazonas, 2015.

NASCIMENTO, Camila Fernanda Pinheiro do. **O trabalhos das mulheres ribeirinhas na Amazônia: um estudo sobre as tecnologias sociais na comunidade de São Lázaro no Grande Lago de Manacapuru/Am**. Programa Institucional de iniciação científica – Universidade Federal do Amazonas. Amazonas, 2013.

NINA, Socorro Fátima de Moraes. **Trabalho, ambiente e saúde: cotidiano dos fazeres da mulher rural na Amazônia**. Tese do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Manaus, 2014.

PROBST, Elisiana Renata. **A evolução da mulher no mercado de trabalho**. Instituto Catarinense de Pós-graduação – ICPG. Santa Catarina, 2005.

SANTOS, Rogério Graças dos Santos; SALGADO, Mayane Soares; PIMENTEL, Márcia aparecida da Silva. **Ribeirinhos da Amazônia: modo de vida e a relação com a natureza**. Uniara – Universidade de Araraquara. São Paulo, 2012.

SERÁFICO, José; SERÁFICO, Marcelo. **A Zona Franca de Manaus e o capitalismo no Brasil**. Estudos Avançados, 2005, p. 99-113.

SILVA, Maria de Nazaré Oliveira da. **Os impactos causados na mulher pela incompatibilidade de atividades profissional e familiar**. Monografia – Universidade de Brasília (UNB). Brasília, 2017.

TAVARES, Ane Deise de Meneses, BARBOSA, Rochele Bezerra. **A mulher e a tripla jornada de trabalho, como esta mulher vivencia as atividades profissional, familiar e doméstica?**. Psicologia em Foco, vol. 5, n° 1. Jan-jun. Faculdade Pio Décimo. Sergipe, 2015.

TEIXEIRA, Cíntia Maria. **As Mulheres no Mundo do Trabalho: Ação das Mulheres, no Setor Fabril, para a Ocupação e Democratização dos Espaços Público e Privado**. Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa. Vol. 25 n° 2 – Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais, 2009.

SOBRE A ORGANIZADORA

SORAYA ARAUJO UCHOA CAVALCANTI - Doutorado (2015) e Mestrado (2001) em Serviço Social pela UFPE, Especialista em Serviço Social, Direitos Sociais e Competências Profissionais pela UNB. Atua na Saúde Pública há mais de duas décadas no Sistema Único de Saúde – SUS, acompanhando Discentes e Residentes em Saúde. Coordena a Residência Multiprofissional na Rede de Atenção Psicossocial da Secretaria de Saúde da Cidade do Recife, exercendo a docência em nível de Pós Graduação na modalidade de Residência nas disciplinas de Bioética, Promoção da Saúde, Segurança do Paciente no contexto da Rede de Atenção Psicossocial – RAPS, Política de Saúde e Saúde Mental, Álcool e outras Drogas, dentre outras. Coordena o *Programa de Extensão Saberes e Práticas no SUS: Discutindo Promoção da Saúde*, na Universidade de Pernambuco, com atividades iniciadas em 2016, ainda no formato de projeto de extensão, enquanto devolutiva do processo de doutorado, orientando discentes e Residentes na área de saúde em atividades de extensão universitária incluindo orientação de monitoria voluntária em cursos e eventos de extensão; desenvolvendo atividades formativas – cursos, grupos de estudos, encontros, oficinas e outros – voltadas para a qualificação de recursos humanos e melhoria da qualidade dos serviços prestados à população usuária do SUS. Coordena o Ciclo de Estudos e Debates em Saúde Pública, atividade de extensão, que tem dentre os seus objetivos incentivar a produção acadêmica através de estudos, pesquisas e produção de textos com vistas à popularização da ciência e tecnologia. O *Programa de Extensão Saberes e Práticas no SUS: Discutindo Promoção da Saúde* atua nas seguintes áreas temáticas: Promoção da Saúde, Prevenção e Enfrentamento das Violências, HIV/AIDS no contexto do enfrentamento da Epidemia, Serviço Social e Políticas Sociais no Brasil; Saberes e Práticas nas Mídias.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agenda neoliberal 24, 25

Assistente social 1, 2, 5, 8, 12, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 29, 31, 34, 46, 56, 61, 65, 67, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 78, 79

C

Cadastro único 46, 49, 55

Capitalismo 5, 12, 14, 35, 36, 39, 40, 43, 44, 48, 51, 55, 62, 66, 68, 91

Capitalismo monopolista 36, 39, 40, 66

Classe trabalhadora 5, 12, 13, 14, 39, 40, 44, 51, 58

Comitê de ética 49

Conhecimento da realidade 4, 18, 19

Construção social 2, 3, 5, 8

Covid-19 1, 2, 5, 6, 7, 9, 10, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 42

Crise estrutural do capital 21, 36

D

Desigualdades de gênero 1, 2, 5, 6, 9

Desigualdades sociais 3, 5, 28, 36, 38, 46, 60, 62, 65

Dimensão investigativa 11, 16, 17, 20, 21

Direitos sociais 20, 21, 22, 26, 36, 41, 43, 44, 47, 48, 54, 59, 60, 62, 63, 65, 68, 69, 70, 71, 72, 75, 78, 80, 93

E

Emancipação 1, 9, 22, 41, 47, 51, 67, 69, 71, 73, 81, 82, 83, 88, 89, 90

Estado de bem-estar 58, 65

G

Gênero 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 15, 39, 60, 78

L

Lei orgânica de assistência social 61

M

Marxismo 1, 2, 4, 9, 10

Materialismo histórico-dialético 12

Movimento da reforma sanitária brasileira 24

Mulher 2, 3, 4, 6, 8, 10, 61, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92

Mundo do trabalho 15, 64, 82, 92

P

Pandemia 1, 2, 5, 6, 7, 9, 10, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 42, 43

Pesquisa 1, 6, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 27, 36, 46, 48, 49, 50, 53, 54, 55, 57, 61, 67, 83, 92

Pessoas idosas 57

Poder judiciário 56, 58, 63, 64, 65, 67, 69, 70, 71, 72, 75, 76, 77, 78, 79

Política de saúde 24, 25, 26, 29, 34, 93

Políticas sociais 14, 15, 24, 26, 27, 34, 42, 45, 55, 57, 58, 59, 62, 74, 75, 79, 80, 93

Produção do conhecimento 12, 15

Programa Bolsa Família 46, 47, 53, 55

Programa de proteção social 53

Proteção social básica 56

Q

Questão social 2, 5, 8, 10, 21, 35, 36, 37, 39, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 54, 56, 58, 60, 61, 62, 64, 66, 76

R

Redes de interdependências funcionais 83

Reestruturação produtiva 12, 13, 14

Relações de gênero 1, 2, 4, 39

Revolução industrial 38, 58, 68, 81, 82, 83, 91

S

Sars-CoV-2 23, 24, 27

Seguridade social 44, 57, 58, 59, 63, 65, 66, 73

Serviços de saúde 27, 29

Serviço social 1, 2, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 44, 54, 55, 56, 60, 61, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 93

Sistema capitalista 12, 14, 43

Sistema único de assistência social 63

Sistema Único de Saúde 23, 24, 25, 28, 34, 51, 93

Sociedade 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 12, 14, 15, 19, 20, 24, 28, 29, 35, 36, 37, 39, 41, 42, 43,

55, 56, 58, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 89, 90, 91

Serviço social

na contemporaneidade:

Fundamentos e
atuação profissional



-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Serviço social

na contemporaneidade:

Fundamentos e
atuação profissional



-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br